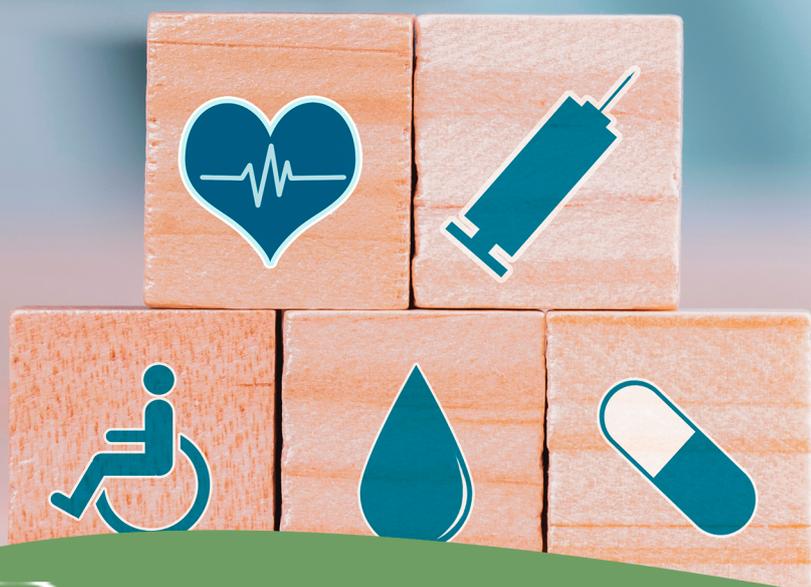


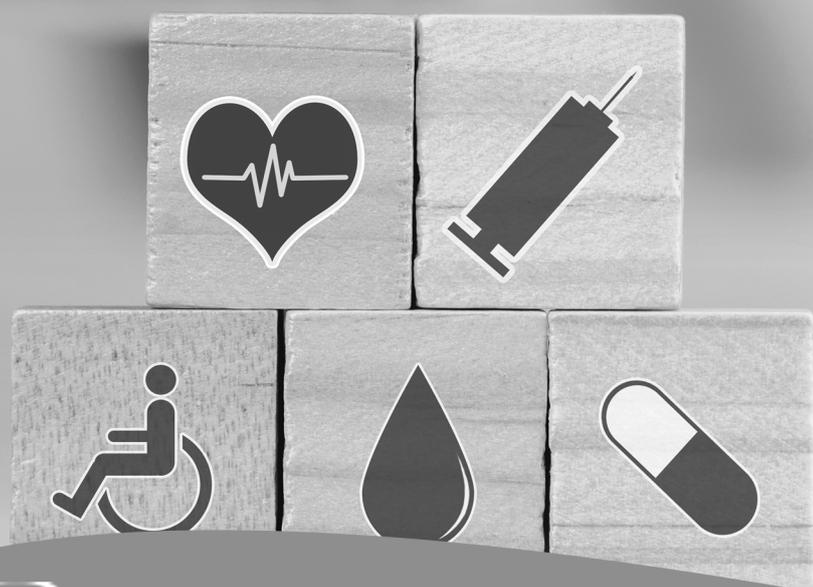
ESTUDOS EM CIÊNCIAS DA SAÚDE 2

EDSON DA SILVA
(ORGANIZADOR)



ESTUDOS EM CIÊNCIAS DA SAÚDE 2

EDSON DA SILVA
(ORGANIZADOR)



2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E82 Estudos em ciências da saúde 2 [recurso eletrônico] / Organizador Edson da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-86002-24-9
DOI 10.22533/at.ed.249200603

1. Ciências da saúde – Pesquisa – Brasil. 2. Saúde – Brasil.
I. Silva, Edson da.

CDD 362.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que celebro, com os demais autores e colaboradores, o lançamento da coletânea “Estudos em ciências da saúde”, objetivando acompanhar as atualizações no conhecimento acadêmico da área. É essencial lembrarmos que as ciências da saúde estudam todos os aspectos relacionados ao processo saúde-doença. Este campo de estudo tem como objetivo desenvolver conhecimentos, intervenções e tecnologias para uso em saúde com a finalidade de aprimorar o tratamento e a assistência de pacientes.

A obra foi organizada em dois volumes. O volume 2 contém 16 capítulos constituídos por trabalhos de revisão de literatura, relatos de caso e relatos de experiência vivenciados por universitários, profissionais de saúde e de áreas afins. Os capítulos desse volume também abordam temas relacionados à assistência ao paciente, ao desenvolvimento científico e tecnológico e aos fatores relacionados a determinadas doenças ou condições de saúde.

Espero que todos os acadêmicos e profissionais da área aproveitem o conhecimento compartilhado pelos autores neste e-book. Na certeza de que esta obra muito contribuirá para todos aqueles que se deparam com os temas abordados, desejo-lhe uma ótima leitura.

Edson da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ÁRVORE DE PRÉ-REQUISITOS DA TEORIA DAS RESTRIÇÕES EM PROGRAMAÇÃO DE ATIVIDADES PARA HOSPITAL GERAL EM EXPANSÃO	
Daniel Writzl Zini Helena Barreto dos Santos Ana Paula Coutinho Denise Severo Santos Antonio Carlos Gruber Carlos Alberto Ribeiro Carlo Sasso Faccin Marisa Osorio Stumpf Simone Maria Schenatto Paula Juliana Silva Bittencourt	
DOI 10.22533/at.ed.2492006031	
CAPÍTULO 2	10
ASSOCIAÇÃO DO TRANSTORNO DEPRESSIVO COM AS CONDICIONANTES SOCIAIS DE SAÚDE: RELATO DE CASO	
Emanuela Lando Andreia da Rosa Karina Zenir Segalla	
DOI 10.22533/at.ed.2492006032	
CAPÍTULO 3	13
LINHAS DE TRATAMENTO PARA DEPENDÊNCIA DO TABACO: REVISÃO DE LITERATURA	
Emanuela Lando Andreia da Rosa Luiz Artur Rosa Filho	
DOI 10.22533/at.ed.2492006033	
CAPÍTULO 4	16
DOENÇA TROFOBLÁSTICA GESTACIONAL: ESTUDO DE CASO SOBRE SEGUIMENTO	
Andrezza Silvano Barreto Beatriz Moreira Alves Avelino Letícia de Carvalho Magalhães Cristina Poliana Rolim Saraiva dos Santos Claudia Rejane Pinheiro Maciel Vidal Régia Christina Moura Barbosa Castro	
DOI 10.22533/at.ed.2492006034	
CAPÍTULO 5	21
REALIDADE DO PARTO EM MATERNIDADE DO SUDOESTE GOIANO	
Sâmara Huang Bastos Ana Paula Fontana Beatriz Nascimento Vieira Giovana Vieira Nunes Leonardo Lima Batista João Lucas Ferreira Vaz	

Said Linhares Yassin
Jady Rodrigues de Oliveira
Ermônio Ernani Estanislau Oliveira
Amanda Ferreira França
Melyssa Evellin Costa Silva
Renato Tavares Vieira de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.2492006035

CAPÍTULO 6 32

PUBERDADE PRECOCE POR UM CISTO OVARIANO AUTÔNOMO – RELATO DE CASO

Ana Carolina de Macedo Carvalho
Erika Krogh

DOI 10.22533/at.ed.2492006036

CAPÍTULO 7 38

ASPECTOS CLÍNICOS QUE INTERFEREM NA DEGLUTIÇÃO EM CUIDADOS PALIATIVOS – UM FOCO NA DISFAGIA OROFARÍNGEA

Maria Luiza da Assunção Modesto
William César Alves Machado
Nébia Maria Almeida de Figueiredo

DOI 10.22533/at.ed.2492006037

CAPÍTULO 8 55

DIETA VEGETARIANA, SAÚDE E MEIO AMBIENTE: UMA REVISÃO

Heloísa Omodei Furlan
Élida Mara Braga Rocha
Aline Muniz Cruz Tavares
Fernanda Ribeiro da Silva
Maria Aldinês de Sousa Gabrie
Maria José de Oliveira Santana
Tatiane Leite Beserra
Talita Leite Beserra
Helder Cardoso Tavares

DOI 10.22533/at.ed.2492006038

CAPÍTULO 9 64

PREVENÇÃO DA SEPSE NEONATAL POR MEIO DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Kamila Mayara Mendes
Bruna Pereira Madruga
Camila Marinelli Martins
Pollyanna Kássia de Oliveira Borges

DOI 10.22533/at.ed.2492006039

CAPÍTULO 10 75

AValiação e assistência de enfermagem a dor em recém-nascidos prematuros

Lohany Stéfany Alves dos Santos
Francisco de Assis Moura Batista
Maria do Socorro Santos de Oliveira
Cicero Rafael Lopes da Silva

Sabrina Martins Alves
Emanuel Cardoso Monte
Maria Elisa Regina Benjamin de Moura
Maria Leni Alves Silva
Eli Carlos Martiniano
Crystianne Samara Barbosa Araújo

DOI 10.22533/at.ed.24920060310

CAPÍTULO 11 87

FORMAÇÃO E TREINAMENTO EM SAÚDE: CONTEXTO DA ENFERMAGEM

Edileide da Anunciação Santos

DOI 10.22533/at.ed.24920060311

CAPÍTULO 12 97

GESTÃO DE PESSOAS EM SAÚDE: A ENFERMAGEM NA LIDERANÇA

Edileide da Anunciação Santos

DOI 10.22533/at.ed.24920060312

CAPÍTULO 13 110

IMPLANTAÇÃO DE UM PAINEL DE COMUNICAÇÃO PARA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL NO HOSPITAL DE ENSINO NA CIDADE DE SÃO PAULO

Adriana Sousa Giovannetti
Jessica Aparecida Cardoso
Edmilson Lorenzoni

DOI 10.22533/at.ed.24920060313

CAPÍTULO 14 112

IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE ALTA MULTIDISCIPLINAR – PAMD EM UM HOSPITAL PRIVADO NA CIDADE DE SÃO PAULO

Bruna Luiza Brito Amorim Beloto
Bruno Topis
Roberta Braga Pucci Vale

DOI 10.22533/at.ed.24920060314

CAPÍTULO 15 115

PRINCIPAIS ENFERMIDADES QUE ACOMETEM DOCENTES QUE LECIONAM NO ENSINO SUPERIOR: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Sheron Maria Silva Santos
José Cícero Cabral de Lima Júnior
Vanessa Stéffeny dos Santos Moreira
Sílvia Letícia Ferreira Pinheiro
João Márcio Fialho Sampaio
Keila Teixeira da Silva
Ygor Teixeira
Priscylla Tavares Almeida
Maria do Socorro Jesuino Lacerda
Maria Jucilania Rodrigues Amarante
Yarlon Wagner da Silva Teixeira
Ivo Francisco de Sousa Neto

DOI 10.22533/at.ed.24920060315

CAPÍTULO 16 128

**ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: CONTRIBUIÇÕES PARA A
GARANTIA DOS DIREITOS DE SAÚDE**

Jefferson Nunes dos Santos
Nadja Maria Flerêncio Gouveia dos Santos
Dária Catarina Silva Santos
Cláudia Fabiane Gomes Gonçalves
Ana Karine Laranjeira de Sá
Raimundo Valmir de Oliveira
Valdirene Pereira da Silva Carvalho
Wendell Soares Carneiro
Marcelo Flávio Batista da Silva

DOI 10.22533/at.ed.24920060316

SOBRE O ORGANIZADOR..... 140

ÍNDICE REMISSIVO 141

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: CONTRIBUIÇÕES PARA A GARANTIA DOS DIREITOS DE SAÚDE

Data de aceite: 20/02/2020

Data de submissão: 02/12/2019

Jefferson Nunes dos Santos

Instituto Federal de Pernambuco – Campus
Pesqueira, Pesqueira-PE

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2830045079244372>

Nadja Maria Flerêncio Gouveia dos Santos

Instituto Federal de Pernambuco – Campus
Pesqueira, Pesqueira - PE

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0388742063195709>

Dária Catarina Silva Santos

Instituto Federal de Pernambuco – Campus
Pesqueira, Pesqueira - PE

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6239332872619977>

Cláudia Fabiane Gomes Gonçalves

Instituto Federal de Pernambuco – Campus
Pesqueira, Pesqueira – PE

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1530461337501494>

Ana Karine Laranjeira de Sá

Instituto Federal de Pernambuco – Campus
Pesqueira, Pesqueira - PE

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6623566511186369>

Raimundo Valmir de Oliveira

Instituto Federal de Pernambuco – Campus
Pesqueira, Pesqueira - PE

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9982075043469808>

Valdirene Pereira da Silva Carvalho

Instituto Federal de Pernambuco – Campus
Pesqueira, Pesqueira - PE

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4178153420030947>

Wendell Soares Carneiro

Instituto Federal de Pernambuco – Campus
Pesqueira, Pesqueira - PE

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2910497202889731>

Marcelo Flávio Batista da Silva

Instituto Federal de Pernambuco – Campus
Pesqueira, Pesqueira - PE

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8034039744619981>

RESUMO: Desde o final do século XIX a sociedade vem buscando alternativas de salvaguardar leis que protejam crianças e adolescentes em todos os setores de sua vida. Atualmente existem algumas políticas públicas que foram instituídas para esse público, como é o caso do Estatuto da Criança e do Adolescente, no entanto as leis referentes à saúde são escassas. Identificar na produção científica quais diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente são efetivas na defesa dos direitos a saúde do público infanto-juvenil. Metodologia: Trata-se de uma revisão integrativa da literatura realizada na disciplina de Enfermagem na Atenção Integral a Saúde da Criança e do Adolescente, do curso de ensino superior de Bacharelado em Enfermagem do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – campus Pesqueira. O levantamento dos artigos foi realizado em cinco bases de dados, sendo elas: SCIELO, MEDLINE, LILACS, BVS e BDEFN, nas quais,

foram selecionados 13 artigos para análise a partir da utilização de alguns critérios de inclusão e exclusão. Foi possível perceber que o Estatuto da Criança e do Adolescente foi um avanço no que tange a saúde infantojuvenil, sendo que essas leis na prática deixam lacunas importantes na prevenção e promoção da saúde desse público, focando mais no setor jurídico, afastando-se um pouco da abordagem sobre a saúde. Verificou-se que existem pouquíssimas leis que regem o próprio ECA que possam assegurar os direitos e deveres das crianças e adolescentes. Os artigos encontrados na RI apontam, em sua maioria, lacunas na efetivação das leis nacionais para este público.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde da criança; Defesa da criança e do adolescente; Cuidado da criança.

CHILD AND ADOLESCENT STATUS: CONTRIBUTIONS TO GUARANTEE OF HEALTH RIGHTS

ABSTRACT: Since the late nineteenth century, society has been seeking alternatives to safeguard laws that protect children and adolescents in all sectors of their lives. Currently there are some public policies that have been instituted for this public, such as the Statute of the Child and Adolescent, however the laws regarding health are scarce. Identify in scientific production which guidelines of the Statute of the Child and Adolescent are effective in defending the health rights of children and adolescents. Methodology: This is an integrative literature review conducted in the Nursing discipline in Comprehensive Health Care for Children and Adolescents, from the Higher Education Course of Nursing, Federal Institute of Education, Science and Technology of Pernambuco - Campus Pesqueira. . The survey of the articles was performed in five databases, namely: SCIELO, MEDLINE, LILACS, VHL and BDNF, in which 13 articles were selected for analysis based on the use of some inclusion and exclusion criteria. It was possible to realize that the Statute of the Child and Adolescent was a breakthrough regarding the health of children and adolescents, and these laws in practice leave important gaps in the prevention and health promotion of this public, focusing more on the legal sector, moving away from one another. Little of the health approach. It has been found that there are very few laws governing the ECA itself that can ensure the rights and duties of children and adolescents. Most of the articles found in IR indicate gaps in the implementation of national laws for this public.

KEYWORDS: Children's Health; Defense of children and adolescents; Child care.

1 | INTRODUÇÃO

Desde o final do século XIX surgiram preocupações, a nível internacional, com relação aos direitos básicos da vida de criança e adolescentes, o que acabou culminando na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), na qual o enfoque era o desenvolvimento

de políticas públicas que promovessem a proteção desse público, visto as vulnerabilidades e susceptibilidade à exposição de violência/agressão que estão expostos (MOREIRA, et al., 2014).

A nível nacional, a defesa dos direitos desse público, teve início com a reformulação do Código de Menores em 1979, no qual se originou a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM), e suas divisões estaduais a FEBEM, tendo como diretriz a Doutrina da Situação Irregular. Essa doutrina enfatizava que esses sujeitos eram portadores de direitos ocasionais, ou seja, a defesa desse público entrava em vigor a partir do momento que apresentassem alguma situação de privação de condições básicas de vida, seja por negligência ou irresponsabilidade dos responsáveis. (SCISLESKI, et al., 2014; SANTOS et al. 2015).

No contexto geral pode-se observar que crianças e adolescentes são a população mais vulnerável a sofrer pela violação de seus direitos, acarretando direta e indiretamente na sua saúde mental, física e emocional. Diante da relevância desse fato, o papel do enfermeiro e dos profissionais de saúde é de suma importância, pois, é esperado que eles desenvolvam um olhar mais crítico e habilidades que possam auxiliar no combate a violência das crianças e adolescentes (CECILIO; SILVEIRA, 2014).

No Brasil, a jurisdição nacional não permite que crianças e adolescentes opinem e tomem decisões por conta própria, principalmente com relação aos procedimentos de saúde que possam ser realizados, sendo os pais ou até os profissionais da saúde como os enfermeiros, que possam ser os responsáveis a responder por esse segmento populacional. A dependência que crianças e adolescentes têm em relação aos seus responsáveis é respaldada no princípio do melhor interesse, pois essa população não tem autonomia nem autodeterminação legal até os 18 anos, causando um silenciamento de sua voz em se manifestar sobre seu bem estar. (BUBADUÉ et al, 2016).

Todavia o tema ganhou destaque na sociedade e visibilidade política a partir da década de 1990, com o surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pela lei 8.069 para garantir a promoção da saúde e prevenção de agravos, além de estabelecer leis que preservem os direitos das crianças e adolescentes. Desta forma a garantia dos direitos das crianças e adolescentes entrou na jurisdição nacional, cabendo ao Estado aplicar as leis e as punições (NUNES; SALES, 2014).

À vista disso, o presente relato adotou como metodologia a Revisão Integrativa (RI) da literatura encontrada, a qual serviu de apoio para o entendimento da situação de violação das leis que regem as crianças e adolescente principalmente no âmbito da saúde. Justifica-se a relevância deste relato de experiência o intuito de entender se as leis que salvaguardam as crianças e adolescentes estão sendo eficazes no que propõem com relação á proteção de seus direitos na esfera da saúde.

2 | METODOLOGIA

Trata-se de uma RI acerca dos escritos sobre a eficácia do ECA em promover a defesa dos direitos à saúde de crianças e adolescentes. Esse estudo teve como fonte as aulas da disciplina de “Enfermagem na Atenção Integral a Saúde da Criança e do Adolescente” do curso de ensino superior de Bacharelado em Enfermagem do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – campus Pesqueira.

A situação estabelecida direciona-se para a aplicabilidade do ECA no setor da saúde e, portanto, engloba como sujeitos crianças e adolescentes de todo o território nacional. A escolha da RI se justifica por ser um método amplo de revisão, visto que seus métodos permitem que seja incluído de forma simultânea, tanto pesquisas experimentais quanto não experimentais que permite um maior entendimento do fenômeno (WHITTEMORE; KNAFL, 2005; BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011; SOARES et al., 2014).

Para fins de atender a um padrão de excelência e rigor metodológico, foram definidos etapas, que consistem em: Identificação do tema e seleção da questão de pesquisa; estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão; identificação dos estudos pré-selecionados e categorização dos estudos selecionados (BOTELHO, CUNHA; MACEDO, 2011).

2.1 Identificação do tema e seleção da questão de pesquisa

Nesta fase, foi elaborada a pergunta norteadora, sendo ela “Quais as fragilidades que o ECA possui que implicam diretamente na eficácia da garantia dos direitos de saúde da criança e do adolescente na atenção primária à saúde?”. E foram estabelecidos os seguintes Descritores em Ciência da Saúde (DeCS): saúde da criança, defesa da criança e do adolescente e cuidado da criança. Salienta-se que os referidos DeCS foram cruzados por meio do conector booleano OR, visto que o conector AND, não apresentou resultados substanciais e precisos que atendessem ao objetivo desse estudo.

Posteriormente, estabeleceram-se as bases de dados, para serem realizadas as buscas dos estudos, sendo elas: *Scientific Electronic Library On-line.org* (SCIELO), Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE), Base de Dados de Enfermagem (BDENF) e a Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciência da Saúde (LILACS), elegendo um total de 9.021 publicações.

2.2 Estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão

Os critérios de inclusão estabelecidos foram: publicações que estivessem nos idiomas português ou inglês; de acesso livre; que estivessem dentro do recorte temporal de 2014 a 2018; que fossem referentes ao contexto do Brasil; que fossem da área das Ciências da Saúde; e serem exclusivamente artigos científicos.

Já os critérios de exclusão estabelecidos, foram: não ter ao menos um DeCS compatível com os do presente estudo; não possuir ao menos um autor com titulação de Mestrado ou Doutorado; ter menos de quinze referências bibliográficas; serem repetidos; não fossem referentes ao público criança e adolescente e que não envolvessem o ECA em suas análises.

2.3 Identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados

Nesta fase, foi realizada a avaliação da qualidade das publicações através do *Critical Appraisal Skills Programme (CASP)*, instrumento este, que foi elaborado pela Universidade de Oxford, no ano de 2002 e serve de auxílio para melhorar a transparência da investigação qualitativa. Não obstante, a fim de garantir uma qualidade metodológica, foram eleitos para conterem no presente artigo somente artigos categorizados como nota A, que corresponde a 7,0 (sete) ou mais, deixando de fora estudos com nota inferiores, que poderiam vir a aumentar o risco de viés (COSTA, 2016).

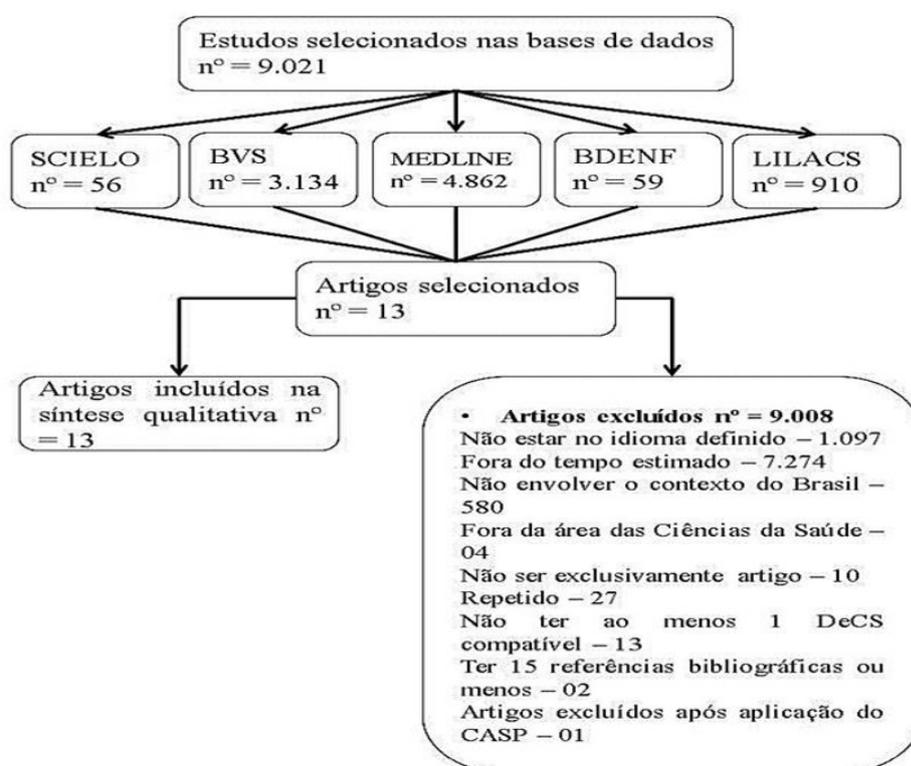


Figura 1 - Seleção de estudos para a revisão

2.4 Categorização dos estudos selecionados

Para realizar a categorização dos estudos selecionados definiu-se como ferramenta fundamental, a Matriz de Síntese (MS), que serviu para os investigadores extrair e organizarem os dados da RI em várias categorias (BOTELHO CUNHA; MACEDO, 2011). Deste modo, estabeleceu-se como categorias para compor a MS: código atribuído aos artigos, título dos artigos, autores periódico, qualis capes e ano de publicação.

CÓDIGO	TÍTULO DO ARTIGO	AUTORES	PERIÓDICO	QUALIS CAPES	ANO
A1	Sexual violence against children and vulnerability	TRINDADE, L.C., et al.	Rev. Assoc. Med. Bras.	B2	2014
A2	A integralidade e as práticas em saúde da criança: uma revisão narrativa da Produção científica brasileira	PIANI, P.P.F., et al.	Revista Paraense de Medicina	B3	2014
A3	Caracterização do trabalho de menores de uma escola Estadual de Divinópolis-MG	CECILIO, S.G.; SILVEIRA, R.C.P.	Ciência & Enfermeria	B1	2014
A4	O adolescente que cumpre medida socioeducativa: ser-aí-com no cotidiano e possibilidades para a enfermagem	CARMO, D.R.P., et al.	Rev. Enferm UERJ	B1	2014
A5	Notificação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes por profissionais de saúde no Brasil	SILVA, P.A., et al.	Av. Enferm	B1	2015
A6	Conhecimento das famílias de crianças e adolescentes com malformação neural acerca dos seus direitos em saúde	FIGUEIREDO, S.V., et al.	Esc. Anna Nery.	B1	2015
A7	Direitos sexuais e reprodutivos na adolescência: interações ONU-Brasil	MORAES, S.P.; VITALLE, M.S.S.	Ciência & Saúde Coletiva	B1	2015
A8	Proposição de um índice do enfrentamento governamental à violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes	DESLANDES, S.; MENDES, C.H.F.; PINTO, L.W.	Cad. Saúde Pública	A2	2015
A9	Violência contra crianças no cenário brasileiro	NUNES, A.J.; SALES, M.C.V.	Ciência & Saúde Coletiva	B1	2016
A10	Análise normativa sobre a voz da criança na legislação brasileira de proteção à infância	BUBADUÉ, R.M., et al.	Rev. Gaúcha Enferm.	B1	2016
A11	Violação de direitos de crianças e adolescentes no Brasil: interfaces com a política de saúde	BARBIANI, R.	Saúde Debate	B2	2016
A12	Direitos sociais das crianças com condições crônicas: análise crítica das políticas públicas brasileiras	TAVARES, T.S.; DUARTE, E.D.; SENA, R.R.	Esc. Anna Nery.	B1	2017
A13	Em defesa dos direitos da criança no ambiente hospitalar: o exercício da advocacia em saúde pelos enfermeiros	NEUTZLING, B.R.S., et al.	Esc. Anna Nery	B1	2017

Quadro 1 - Distribuição dos estudos segundo código, título dos artigos, autores, periódico, qualis capes e, ano de publicação.

3 | DESENVOLVIMENTO

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, as políticas para crianças e adolescentes passaram por uma nova reformulação. A partir desse ponto, que

o ECA, surge através da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, no qual em suas diretrizes se encontram alguns princípios tanto da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, quanto da própria Constituição Federal. Além disso, outro marco do surgimento do ECA é a substituição da Doutrina da Situação Irregular, até então vigente, pela Doutrina da Proteção Integral (SCISLESKI, et al., 2014; SANTOS et al. 2015; BUBADUÉ, et al., 2016).

Devido a isso, o ECA ainda reforça que esse público detém um nível de atenção prioritário, pois desempenham um papel fundamental em meio a sociedade, agregando valores que nutrem e desenvolvem o país, visto que são cidadãos em constante processo de construção de si mesmos, atuando, portanto, como portadores do futuro (ARAGÃO et al., 2013; SANTOS et al. 2015; BARBIANI, 2016).

Posteriormente a implementação do ECA, surgiram outras políticas que se basearam nos seus princípios e englobaram esse segmento populacional em suas diretrizes, como é o caso: da Lei 8.080 de 1990, que enfatiza a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços de saúde; da Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente Nº. 41 de 1995, que aborda os Direitos da Criança e do Adolescente Hospitalizado; da Lei Nº. 10.406 de 2002, a qual institui o Código Civil; e até mesmo a Resolução do Conselho Federal de Enfermagem Nº 311, de 2007, que aprova a Reformulação do Código de Ética de Enfermagem (SCISLESKI, et al., 2014; BUBADUÉ, et al., 2016).

Já no campo da saúde, a estratégia empregada pela Atenção Primária à Saúde (APS), se caracteriza como um elemento importante que pode favorecer mudanças e estratégias para o desenvolvimento de políticas públicas de saúde para a população em geral, pois seu contexto implica em uma organização de cuidado que coordena diversos serviços em busca de uma cobertura integral de seus usuários (GONÇALVES; SILVA; PITANGUI, 2015; DAMASCENO, et al., 2016).

Dessa maneira, uma importante ferramenta utilizada pela APS, é o Programa Nacional de Atenção Básica (PNAB), instituído pela Portaria nº 2.488, de 2011, na qual estabelece que o método mais eficaz de prestação de cuidado integral as necessidades da população é por meio de uma Rede de Atenção à Saúde (RAS) (GONÇALVES; SILVA; PITANGUI, 2015; DAMASCENO, et al., 2016).

Direcionando a aplicação da estratégia da APS para o segmento infantil, o Ministério da Saúde (MS), instituiu no ano de 2015, a Política de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC), por meio da Portaria nº 11.303, na qual compacta de maneira clara e objetiva os eixos que compõem a atenção à saúde da criança, sendo eles: aleitamento materno; promoção e acompanhamento do crescimento e desenvolvimento; atenção a crianças com agravos prevalentes na infância e com doenças crônicas; atenção à saúde de crianças com deficiência ou em situações específicas e de vulnerabilidade; vigilância e prevenção do óbito infantil, fetal e materno (DAMASCENO et al., 2016).

Já o público juvenil, que de acordo com o ECA são sujeitos dentro da faixa

etária dos 12 aos 18 anos, o governo brasileiro vem se empenhando para elaboração de políticas públicas que evidencie o seu papel de responsáveis por tomar suas próprias decisões referentes aos seus direitos (GONÇALVES; SILVA; PITANGUI, 2015; DAMASCENO et al., 2016).

Baseado nisso, a APS também dispõe de um programa voltado para esse público, sendo ele, o Programa da Saúde do Adolescente (PROSAD), criado em 1989, que tem a intenção de atender e problematizar necessidades específicas dos adolescentes, como: gravidez, infecções sexualmente transmissíveis, álcool e outras drogas (GONÇALVES; SILVA; PITANGUI, 2015; DAMASCENO et al., 2016).

Todas essas leis e programas demonstram o quanto o público infantojuvenil conseguiu conquistar ao longo dos anos, todavia, nota-se que eles ainda não dispõem de uma eficácia na garantia de seus direitos. Dentre os maiores empecilhos para essa garantia, encontram-se questões como as condições étnico-raciais, de gênero, socioeconômicas, culturais e epidemiológicas que a criança ou adolescente apresenta (ARAGÃO, et al., 2013).

Porém, o que mais impacta nesse processo é a fragilidade na rede de apoio social, pois sem uma articulação entre todos os setores responsáveis (educação, saúde, assistência social, defesa social, família e etc.), por prover condições dignas de vida a esse público, não é possível garantir uma cobertura integral das necessidades que apresentem (ARAGÃO, et al., 2013; GONÇALVES; SILVA; PITANGUI, 2015).

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

No que compete a esta fase, estruturou-se essencialmente na interpretação dos resultados obtidos na realização das fases anteriores, o que permitiu a modelagem das deduções, a partir dos artigos selecionados para a RI, tendo por base o objetivo do presente estudo.

PERIÓDICOS	ANO	QUANTIDADE	
		Nº	%
Rev. Assoc. Med. Bras.	2014	1	7,7
Revista Paraense de Medicina	2014	1	7,7
Ciência e Enfermagem	2014	1	7,7
Rev. Enferm UERJ Av.	2014	1	7,7
Enferm	2015	1	7,7
Esc. Anna Nery	2015/2017	3	23,1
Ciência & Saúde Coletiva. Cad.	2015/2016	2	15,3
Saúde Pública	2015	1	7,7
Rev. Gaúcha Enferm.	2016	1	7,7
Saúde Debate	2016	1	7,7
TOTAL		13	100

Tabela 1 – Distribuição de artigos segundo periódicos, ano da publicação e quantidade.

A base de dados que proporcionou um maior percentual de artigos foi a MEDLINE, apresentando 4.862 (54%) dos achados conforme Figura 1. Já o maior número de artigos encontrados por Periódico, foi referente à Revista de Enfermagem Esc. Anna Nery, apresentando o percentual de 23,1%, seguido pela Revista Ciência & Saúde Coletiva, com percentual de 15,3% (Tabela 1).

Além disso, constatou-se que dentro dos critérios de inclusão, 9.008 (99,34%) dos estudos não os contemplavam plenamente, sendo que 1.097 (12,2%) não se encaixavam nos idiomas pré-definidos, 7.274 (80,63%) estavam fora da margem de tempo estipulado, 580 (6,4%) não envolviam o contexto brasileiro em suas análises, 10 (0,11%) não eram artigos científicos. Já os critérios de exclusão concretizam 43 (0,47%) dos artigos restantes, dos quais 27 (0,3%) eram repetidos, 13 (0,14%) não possuíam descritores compatíveis com o presente estudo, 02 (0,02%) não possuíam o mínimo de referências bibliográficas estabelecido, 01 (0,01) não obteve pontuação satisfatória no CASP. Sobrando, portanto, 13 (0,14%) que corresponde aos estudos selecionados para comporem a MS (Figura 1).

De acordo com os resultados obtidos nessa RI pode-se observar que atingir a integralidade proposta na PNAB pode se tornar um processo lento. Pois, assim como existem leis para algumas categorias específicas da sociedade (classe, cor/etnia, gênero e etc.), que influenciam na vida e na saúde das pessoas, existem também para o público infanto-juvenil.

A partir dessa perspectiva, os serviços de saúde tentam homogeneizar suas práticas de atendimento, desconsiderando as peculiaridades deste público. Além de não promoverem um cuidado diferenciado e especializado, não dispõem eficientemente de instalações que preservem a imagem, identidade e intimidade, não atendendo as necessidades de forma integral (AYRES et al., 2012; FONSECA, 2013; DIGIÁCOMO; DIGIÁCOMO, 2017).

Segundo Van der Gaag e Dukerlberg (2004) apud Meireles et al. (2013), a qualidade de vida das crianças e adolescentes envolve diversos aspectos, como: bem-estar físico, mental, emocional e socioeconômico, constituindo um constructo multidimensional e complexo de atenção. Porém, o que se percebe é que o Brasil ainda não consegue assegurar esse bem estar psicossocial devido a sua escassez na regulamentação de suas leis e políticas que vislumbrem a proteção integral a saúde da criança e do adolescente.

Partindo de outra perspectiva, no ECA em seu Art. 9º é enfatizado que a mulher em seu local de trabalho, deve dispor de um espaço com estrutura adequado para promover a amamentação ao seu filho, também se aplicando a mulheres que estejam em privação de liberdade. Contudo, mesmo que isso esteja reforçado na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em seu Art. 389, parágrafos 1º e 2º e pela Portaria 3.296/86 do Ministério do Trabalho, esse direito ainda não é eficientemente

aplicado (DIGIÁCOMO; DIGIÁCOMO, 2017).

As agressões com relação a este público vulnerável são inúmeras, podendo partir de vários seguimentos sociais, sendo um deles, o próprio meio familiar. No Brasil, o ECA torna obrigatório, conforme seu Art. 13º, a notificação por parte dos profissionais da saúde ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, em casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus tratos contra a criança ou adolescente (MOREIRA et al. 2014; BRASIL, 2001, 2011, 2017).

Dessa forma este procedimento foi assegurado tanto pela Portaria nº 1.968/2001, que dispõe sobre a notificação de suspeita ou confirmação de maus tratos de crianças e adolescentes atendidos no Sistema Único de Saúde (SUS), quanto pela Portaria nº 104/2011, que retrata sobre a violência doméstica, sexual e/ou outras violências (MOREIRA et al. 2014; BRASIL, 2001, 2011, 2017).

Todavia existem também entraves quanto ao “muro do silêncio” ou “conspiração do silêncio”, que se ergue devido à visão da família como um espaço sagrado que não se podem ter intervenções vindas do espaço extrafamiliar, além da omissão da família ou receio da própria criança ou adolescente de relatar o ocorrido, temendo as punições por parte dos agressores. (LUGÃO, et al., 2012; ZAMBON, et al., 2012; LOBATO, et al., 2012).

No que concerne à AB, esta desenvolve ações imprescindíveis para a aplicabilidade do que o Art.13º do ECA que preconiza, a proximidade entre a equipe multiprofissional e a comunidade, possibilita a Estratégia Saúde Familiar (ESF) conhecer a história e dinâmica das famílias adstritas no seu território, e desta forma, perceber quais são e como procedem as inter-relações familiares, as formas de comunicação e as resoluções de conflitos, desta forma, as potencialidades para a detecção e prevenção de agravos a saúde da criança e do adolescente crescem exponencialmente (LOBATO, et al. 2012).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Torna-se evidente os desafios que as leis brasileiras apresentam no que diz respeito à proteção das crianças e adolescentes. Verificou-se que existem pouquíssimas leis que regem o próprio ECA que possam assegurar os direitos e deveres das crianças e adolescentes. Os artigos encontrados na RI apontam, em sua maioria, lacunas na obtenção da efetivação das leis nacionais para este público. Observa-se ainda que esse segmento social não tem voz nem opinião acerca de seu próprio bem-estar físico, mental e emocional, bem como para os procedimentos no setor da saúde. Faz-se necessário a ampliação de estudos sobre este relevante tema no contexto da saúde, pois existem poucas leis que amparam o público infatojuvenil

na proteção e prevenção de agravos na saúde.

REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, A. S *et al.* **Abordagem dos casos de violência à criança pela enfermagem na atenção básica.** Rev Latino-Am. Enfermagem. Ribeirão Preto, v. 21, n. spe, p. 172-179, Fev. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v21nspe/pt_22.pdf. Acesso em: 21 mai. 2019
- AYRES, J. R. C. M., *et al.* **Caminhos da integralidade: adolescentes e jovens na Atenção Primária à Saúde.** Interface (Botucatu), Botucatu, v. 16, n. 40, p. 67-82, Mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v16n40/aop2212.pdf>. Acesso em: 16 maio 2019
- BUBADUE, R. M., *et al.* **Análise normativa sobre a voz da criança na legislação brasileira de proteção à infância.** Rev. Gaúcha Enferm. Porto Alegre, v. 37, n. 4, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rngen/v37n4/0102-6933-rngen-1983-144720160458018.pdf>. Acesso em: 23 maio 2019
- BARBIANI, R. **Violação de direitos de crianças e adolescentes no Brasil: interfaces com a política de saúde.** Saúde Debate. Rio de Janeiro, v. 40, n. 109, p. 200-211, Abr – Jun. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v40n109/0103-1104-sdeb-40-109-00200.pdf>. Acesso em: 15 maio 2019
- BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. **O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais.** Gestão e Sociedade. Belo Horizonte, v.5, n. 11, p. 121-136, Maio- Ago. 2011. Disponível em: <http://www.gestaoesociedade.org/gestaoesociedade/article/view/1220/906>. Acesso em: 29 maio 2019
- BRASIL, **Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília – DF, 16 jul. 2017. Disponível em: https://www.chegadetrabalhoainfantil.org.br/wp-content/uploads/2017/06/LivroECA_2017_v05_INTERNET.pdf .
- _____. **Portaria nº 1.968 de 25 de outubro de 2001.** Dispõe sobre a notificação de suspeita ou confirmação de maus tratos de crianças e adolescentes. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 18 maio 2001. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2001/prt1968_25_10_2001_rep.html.
- _____. **Portaria nº 104 de 25 de janeiro de 2011.** Dispõe sobre a violência doméstica, sexual e/ou outras violências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 31 de ago de 2010. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt0104_25_01_2011.html.
- CECILIO, S.G; SILVEIRA, R.C.P. **Caracterização do Trabalho de Menores de uma Escola Estadual de Divinópolis-MG.** Rev. Ciencia y Enfermeria. v.1. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/pdf/cienf/v20n1/art_05.pdf. Acesso em: 30 maio 2019
- COSTA, A. P. **Processo de construção e avaliação de artigos de índole Qualitativa: possíveis caminhos?** Revista da Escola de Enfermagem da USP, São Paulo. v. 50, n. 6, p. 890-891. 2016. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=361049857002>. Acesso em: 26 maio 2019
- DAMASCENO, S. S., *et al.* **Saúde da criança no Brasil: orientação da rede básica à Atenção Primária à Saúde.** Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 21, n. 9, p. 2961-2973, Set. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n9/1413-8123-csc-21-09-2961.pdf>. Acesso em: 17 maio 2019
- DIGIÁCOMO, M. J.; DIGIÁCOMO, I. A. **Estatuto da Criança e do Adolescente Anotado e Interpretado.** Ministério Público do Estado do Paraná. Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente, 2017. Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/caopca/eca_annotado_2013_6ed.pdf. Acesso em: 14 maio 2019

FONSECA, F.F *et al.* **As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção.** Rev. Paul. Pediatr. v.31, n. 2. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rpp/v31n2/19.pdf>. Acesso em: 12 maio 2019

GONÇALVES, C. F. G.; SILVA, L. M. P.; PITANGUI, A. C. R. **Rede de atendimento ao adolescente em situação de violência: percepções dos profissionais de saúde.** Rev. Eletr. Enf. v. 17, n. 4, Out-Dez, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5216/ree.v17i4.33042>. Acesso em: 14 maio 2019

JAEGER, M. E., *et al.* **O adolescente no contexto da saúde pública brasileira: reflexões sobre o PROSAD.** Psicol. estud., Maringá, v. 19, n. 2, p. 211-221, Jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v19n2/05.pdf>. Acesso em: 13 maio 2019

LOBATO, G. R.; MORAES, C. L.; NASCIMENTO, M. C. **Desafios da atenção à violência doméstica contra crianças e adolescentes no Programa Saúde da Família em cidade de médio porte do estado do Rio de Janeiro, Brasil.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 28, n. 9, p. 1749-1758, Set. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v28n9/v28n9a13.pdf>. Acesso em: 27 maio 2019

LUGÃO, K. V. M. S. F., *et al.* **Abuso sexual crônico: estudo de uma série de casos ocorridos na infância e na adolescência.** DST - J bras Doenças Sex Transm. v. 24, n. 3, P. 179-182, 2012. Disponível em: http://www.dst.uff.br/revista24-3-2012/6-Abuso_sexual_cronico.pdf. Acesso em: 24 maio 2019

MEIRELES, A.R, *et al.* **Bem estar da Criança e do Adolescente: um Constructo Multidimensional.** Rev. Med. Minas Gerais. v. 23, n. 2, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<http://rmmg.org/artigo/detalhes/30>>. Acesso em: 26 maio 2019

MOREIRA, G. A. R., *et al.* **Fatores associados à notificação de maus-tratos em crianças e adolescentes na atenção básica.** Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 19, n. 10, p. 4267- 4276, Out. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v19n10/1413-8123-csc-19- 10-4267.pdf>. Acesso em: 22 maio 2019

NUNES, A.J; SALES, M.C.V. **Violência contra Crianças no Cenário Brasileiro.** Rev Ciência & Saúde coletiva. v. 21, n.3. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n3/1413-8123-csc-21-03-0871.pdf>. Acesso em: 22 maio 2019

SANTOS, J. S., *et al.* **O cuidado da criança e o direito à saúde: perspectivas de mães adolescentes.** Rev. esc. enferm. USP, São Paulo, v. 49, n. 5, p. 733-740, Out. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v49n5/pt_0080-6234-reeusp-49-05- 0733.pdf. Acesso em: 17 maio 2019

SCISLESKI, A. C. C., *et al.* **Medida Socioeducativa de Internação: dos Corpos Dóceis às Vidas Nuas.** Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 34, n. 3, p. 660-675, Set. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v34n3/1982-3703-pcp-34-03-0660.pdf>. Acesso em: 16 maio 2019

SOARES, C. B., *et al.* **Revisão integrativa: conceitos e métodos utilizados na enfermagem.** Rev. esc. enferm. USP, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 335-345, Abr. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v48n2/pt_0080-6234-reeusp-48-02- 335.pdf. Acesso em: 16 maio 2019

WHITEMORE, R.; KNAFL, K. **The integrative review: updated methodology.** Journal of Advanced Nursing, v.52, n.5, p. 546-553, 2005. Disponível em: http://users.phpufl.edu/rbauer/ebpp/whitemore_knafl_05.pdf. Acesso em: 15 maio 2019

ZAMBON, M.P *et al.* **Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes: um Desafio.** Rev Assoc Med Bras 2012; v.58, n4, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-42302012000400018. Acesso em: 15 maio 2019

SOBRE O ORGANIZADOR

Edson da Silva - possui graduação em Fisioterapia pela Fundação Educacional de Caratinga (2001). Obteve seu título de Mestre (2007) e o de Doutor em Biologia Celular e Estrutural pela Universidade Federal de Viçosa (2013). É especialista em Educação em Diabetes pela Universidade Paulista (2017) e realizou cursos de aperfeiçoamento em Educação em Diabetes pela parceria ADJ do Brasil, *International Diabetes Federation* e Sociedade Brasileira de Diabetes (2018). Pós-Graduando em Tecnologias Digitais e Inovação na Educação (2019-2020). É professor e pesquisador da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, desde 2006, lotado no Departamento de Ciências Básicas (DCB) da Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde (FCBS). Ministra disciplinas de Anatomia Humana para diferentes cursos de graduação. No Programa de Pós-Graduação em Saúde, Sociedade e Ambiente atua na linha de pesquisa Educação, Saúde e Cultura. É vice coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Nutrição, no qual atua nas áreas de Nutrição e Saúde Coletiva. É líder do Grupo de Estudo do Diabetes credenciado pelo CNPq no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil. Desde 2006 desenvolve ações interdisciplinares de formação em saúde mediada pela extensão universitária, entre elas várias coordenações de projetos locais, além de projetos desenvolvidos no Projeto Rondon com atuações nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste do Brasil. É membro da Sociedade Brasileira de Diabetes, membro de corpos editoriais e parecerista *ad hoc* de revistas científicas internacionais da área da saúde. Tem experiência na área da Saúde, atuando principalmente nos seguintes temas: Anatomia Humana; Diabetes *Mellitus*; Processos Tecnológicos Digitais e Inovação na Educação em Saúde; Educação, Saúde e Cultura.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alimentos 51, 55, 57, 58, 62

C

Candidíase 67

D

Danos 58, 124, 125

Doença cardiovascular 58, 62

E

Emergência 3, 5, 18, 91, 102, 103, 109

Epidemiologia 35

H

Hemodiálise 3, 5

I

Inovação 114, 140

N

Nascidos vivos 66, 71

Nordeste 23, 28, 140

P

Política 90, 104, 106, 123, 130, 134, 138

Políticas públicas 12, 22, 24, 126, 128, 130, 134, 135, 139

Profissionais de saúde 28, 64, 79, 81, 83, 91, 93, 95, 98, 103, 130, 139

U

Urgência 35, 58, 60, 91

 **Atena**
Editora

2 0 2 0